

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

DOCTRINA

Compliance e governança de dados como estratégias para as empresas

Denise Rodrigues Vilaça, Rodrigo Almeida Magalhães	13
1 Introdução	13
2 <i>Compliance</i> e governança de dados	14
2.1 <i>Compliance</i>	15
2.2 Governança de dados	16
3 Programa de governança de dados e a LGPD	17
4 Metodologias e fases para estruturação de programa de governança de dados	18
5 Fases de um programa de governança de dados aplicadas à realidade da empresa	20
6 As diretrizes do <i>compliance</i> e a efetividade do programa de governança de dados	21
7 Conclusão	22
Referências	23

Recuperação judicial das empresas brasileiras decorrente da pandemia de COVID-19

Anna Paula Sant'Anna, Humberto César Machado	25
1 Introdução	25
2 Impactos de fatores externos da COVID-19	27
3 Crises empresariais brasileiras	28
4 Retorno acelerado da economia	29
5 Recuperação judicial e falência	31
5.1 Amparo da lei para proteção das empresas	33
6 Considerações finais	36
Referências	38

20 anos de direito societário no Código Civil: uma abordagem jurídica e econômica

Rogério Borba da Silva, Rafael de Oliveira Monaco	41
1 Introdução	41
2 Vetores econômicos de escolha dos tipos societários	43
3 Tipos societários previstos no Código Civil	45
3.1 Sociedades com sócios de responsabilidade ilimitada	46
3.1.1 Sociedade simples	46
3.1.2 Sociedade em nome coletivo	53
3.2 Sociedades com sócios de responsabilidade limitada e ilimitada	55
3.2.1 Sociedade em comandita simples	55
3.2.2 Sociedade em comandita por ações	56
3.3 Sociedades com sócios de responsabilidade limitada	58
3.3.1 Sociedade anônima	58
3.3.2 Sociedade limitada	59
3.3.3 Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI)	61

4	Conclusão	65
	Referências	66

A Lei de Liberdade Econômica e a intervenção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) nas contratações entre particulares

Marcus Elidius Michelli de Almeida, Márcio Junqueira Leite	69
1 Introdução – Lei de Liberdade Econômica	69
1.1 Novo Marco Cambial.....	74
2 Das funções do INPI no registro e averbação de contratos – breve histórico	75
2.1 Das funções da averbação e registro de contratos pelo INPI	75
2.2 Breve histórico da atuação do INPI no registro e averbação de contratos	78
3 Algumas posições do INPI após a IN nº 70/2017	86
4 Possíveis violações à Lei de Liberdade Econômica.....	89
5 Possível solução	92
6 Conclusão	95

Revisitando o ato de concentração Itaú/XP sob a perspectiva do *Bank as a Platform* (BaaP)

Marcus Paulus de Oliveira Rosa, Leonardo da Silva Sant'Anna	97
1 Introdução	98
2 Considerações preliminares sobre os atos de concentração no SFN.....	99
2.1 A interseção entre as competências do BCB e do CADE	99
2.2 O novo arranjo de cooperação, coordenação e complementaridade após o MoU....	102
3 A análise do caso Itaú/XP pelo BCB e pelo CADE: convergências, divergências e reflexões sobre o modelo de plataforma aberta	104
3.1 Aspectos gerais da operação societária submetida à aprovação e às análises concorrenciais.....	104
3.2 O consenso sobre atuação disruptiva da XP como plataforma aberta.....	106
3.3 Problemas concorrenciais e remédios impostos pelo BCB e CADE	109
4 Possíveis desafios regulatórios e antitruste oriundos da transformação das estruturas de mercado em torno do modelo de <i>Bank as a Platform</i> (BAAP)	111
5 Conclusão	115
Referências	116

Escuta e narrativas de sofrimento no processo de recuperação judicial das empresas

Rodrigo D’Orio Dantas, Christian Ingo Lenz Dunker	119
1 Introdução	119
2 Confronto e mediação entre narrativas de sofrimento no processo de recuperação judicial.....	123
3 A escuta no processo de recuperação judicial – análise de casos	129
3.1 Justiça ou vingança: o caso Schahin.....	129
3.2 Ruptura ou separação: o caso Saraiva	131
4 Conclusão	134
Referências	137

A incomunicabilidade das quotas sociais emitidas em decorrência de capitalização de reservas e lucros

Bethânia Valentim Bohrer, Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas	139
1 Introdução	140
2 Análise do Recurso Especial nº 1.595.775/AP	141

3	Balço patrimonial: divisão segundo a Lei das S.A.	145
3.1	Capital social.....	145
3.2	Reserva de capital.....	147
3.3	Reserva de lucro	147
4	Capital social e patrimnio social	148
4.1	Diferenas entre capital social e patrimnio social.....	148
4.2	Procedimento para aumento do capital social e impactos sobre o patrimnio lquido da sociedade	149
5	A natureza jurdica das quotas emitidas em aumento de capital social por integralizao de reservas: diferenas entre fruto e produto.....	151
5.1	Conceito de fruto e produto.....	151
5.2	Classificao jurdica das quotas emitidas em aumento de capital social por integralizao de reservas.....	152
6	Concluso	153
	Referncias	154

Precauo e inovao: uma anlise da regulao de riscos no uso da inteligncia artificial

Eduardo Goulart Pimenta, Thays Murta dos Santos Cruz	157	
1	Introduo	157
2	Inteligncia artificial	159
2.1	Dentre muitas incertezas, uma certeza: a IA veio para ficar	159
2.2	A hierarquia de riscos dos sistemas de inteligncia artificial segundo a proposta de regulao europeia	160
2.3	A regulao da IA no Brasil	162
3	Princpio da precauo: quando a preveno no suficiente	165
4	Princpio da precauo e regulao de sistemas de inteligncia artificial de alto risco	172
5	Concluso	173
	Referncias	174

Graffiti enquanto arte contratada: proteo da moralidade artstica

Kone Prieto Cesrio, Renata Angeli, Suzy Abreu Barbosa	177	
1	Introduo	177
2	As lnguagens estampadas na via pblica e a proteo constitucional aos bens artsticos inseridos na paisagem	178
3	Pilares da dinmica autoral brasileira e seus reflexos em intervenes e contrataes pblicas de arte <i>graffiti</i>	180
4	Os contornos do direito moral a assegurar a integridade da obra na Lei nº 9.610/98 e a problemtica das lacunas	182
5	A efetividade da Lei nº 9.610/98 na preservao da integridade da obra e o caso Cidade Linda.....	186
6	Concluso	189
	Referncias	190

Vedao à ingerncia e necessidade de avaliao consequencialista aos limites do poder fiscalizatrio e decisrio do Tribunal de Contas da Unio em relao às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econmica

Alice Rocha da Silva, Edinei Silva Teixeira	195	
1	Introduo	196
2	A posio institucional do TCU e sua natureza jurdica.....	199
3	Das (in)competncias criadas pela LOTCU e pelo RITCU e seus reflexos na efetividade do controle	201

4	Vedação do abuso do controle e da necessidade de uma visão consequencialista do TCU – Leis nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e 13.655/2018 (LINDB).....	210
5	Considerações finais	220
	Referências	221
	Normas Técnicas	223
	Normas Técnicas	227
	Technical Standards	231